

Metodologia

Dividimos a nossa investigação em três partes.

Na primeira parte, apresentamos uma síntese do sistema monetário do século IV d.C., para poder compreender melhor a complexidade do contexto específico em que emerge o fenómeno da imitação. Atendendo ao tema, centrámos a nossa atenção nas alterações que afectaram a moeda de bronze.

A segunda parte abrange o catálogo dos tesouros que incluem imitações e a descrição das mesmas, que serve de base à nossa análise.

Na terceira parte, procedemos à apresentação e análise do material em função dos períodos em que se divide o século do ponto de vista numismático, seguindo as modificações do sistema monetário. As imitações são consideradas dentro do período a que pertence a moeda oficial que copiam.

Em cada período consideramos a moeda oficial e a moeda de imitação através de uma série de quadros elaborados conforme as suas particularidades, neles estando representados ambos os grupos de moedas. Da mesma forma, definimos o possível lugar de origem das imitações peninsulares. Atendendo, por um lado, a que a fabricação local das imitações nalgum ponto da Península deve ser documentada através das marcas de centros emissores por elas ostentadas e, por outro, a que a representação destas marcas deve coincidir, total ou parcialmente, com a distribuição que se observa na moeda oficial que imitam, distribuímos as emissões de cada período e as suas imitações segundo os centros emissores, numa série de quadros, com vista a tentar apurar uma origem peninsular das mesmas. Também tivemos em consideração a cronologia, os aspectos metrológicos e o carácter das imitações. Uma série de mapas acompanha cada período com a localização geográfica das imitações.

Em anexo inclui-se uma classificação estilística com base nas imitações do Ae2 *Reparatio Reipub.*

Por último, a documentação gráfica é constituída por uma série de estampas com a moeda de imitação de cada período.

Notas sobre algumas opções

Por uma questão prática, utilizámos a denominação tradicional de “moeda de bronze”, ainda que, na realidade, até à época dos *Valentiniani*, a moeda de bronze incluía na sua liga uma quantidade variável de prata.

Dado que se desconhece o nome exacto de algumas destas moedas e dada a falta de consenso entre os investigadores no sentido de precisar a que moeda em concreto correspondem os nomes conhecidos, retivemos a convenção internacional de Ae1, Ae2, Ae3 e Ae4, com que se denominam algumas das moedas de bronze do século IV d.C., segundo o seu módulo. Os únicos nomes que mantivemos foram o de *nummus* para o grande bronze criado por *Diocletianus* cunhado até 318 e, por extensão, para os bronzes do período 330-348, e o de *maiorina* e *semi-maiorina* para a moeda de *Magnentius*. A partir de 318, as divergências entre os numismatas são evidentes¹.

Em muitas ocasiões, prescindimos da denominação da moeda, sendo esta referida a partir da legenda total ou parcial do reverso. Esta circunstância é plenamente justificada para a moeda de bronze do século IV, já que o sistema de reverso diferenciado que caracteriza as diferentes denominações numa sucessão cronológica permite uma rápida identificação quer da moeda a que se faz referência quer das suas características.

Nas diferentes partes do trabalho, quando aparece uma determinada moeda pela primeira vez, o seu reverso transcreve-se em letra maiúscula, mantendo-se depois em minúscula.

Todos os termos em latim se encontram em itálico, à excepção dos topónimos, para os quais se mantém a grafia normal.

I O problema das denominações da moeda de bronze é considerado no capítulo do sistema monetário.